

ETNOGÊNESE QUILOMBOLA E INDÍGENA NO TERRITÓRIO AGRESTE-LITORAL SUL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RN SUSTENTÁVEL: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO (OU DA AUSÊNCIA DESTA) ENTRE ANTROPOLOGIA VS DESENVOLVIMENTO

por

Geraldo Barboza de Oliveira Junior¹

Resumo: Este artigo pretende abordar a construção de um cenário novo nas políticas públicas de desenvolvimento social no Estado do Rio Grande do Norte: a inclusão de comunidades tradicionais específicas (quilombolas e indígenas) como público alvo dessas políticas; e, ao mesmo tempo, mostraremos como o fenômeno conhecido como etnogênese (construção de uma identidade étnica) emerge, ainda de forma pouco expressiva, como forma de dar visibilidade a estes grupos e torná-los aptos a alcançar êxito em políticas sociais. Em especial, o olhar recai sobre uma experiência como articulador territorial no Projeto RN Sustentável no Território Agreste/Litoral Sul, no período de 12 meses, com grupos de agricultores familiares, e comunidades indígenas e quilombolas. Como resultado, percebeu-se que a falta de confiança das comunidades tradicionais nas políticas públicas resultou em uma participação tímida ou pouco propositiva dos atores sociais destas comunidades nas manifestações de interesse em participar dos três editais propostos no referido projeto. Enfim, acreditamos que a ausência de uma percepção antropológica na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável (aliado a outros fatores) envolvendo comunidades tradicionais contribuiu para seu pouco êxito nas comunidades tradicionais quilombolas e indígenas neste projeto em sua fase inicial.

Palavras-chave: Políticas públicas; desenvolvimento; quilombolas e indígenas.

Abstract: This article aims to address the construction of a new scenario in public policies for social development in the State of Rio Grande do Norte: the inclusion of specific traditional communities (quilombolas and indigenous) as target audience of these policies; and at the same time, we show how the phenomenon known as ethnogenesis (construction of an ethnic identity) emerges, still very expressive way, in order to give visibility to these groups and make them able to achieve success in social policies. In particular, the eye falls on an experience like territorial articulator in Sustainable RN Project in Agreste Territory / South Coast, in the period of 12 months, with groups of farmers and indigenous and quilombo communities. As a result, it was realized that the lack of confidence of the traditional communities in public policy resulted in a shy little participation or purposive social actors of these communities in expressions of interest in participating in the three calls proposed in

¹ Antropólogo, Doutorando em Demografia na UFRN. Consultor em questões socioambientais, em espacial, que envolvam comunidades tradicionais. E-mail: geraldoboj1963@gmail.com.

that project. Finally, we believe that the absence of an anthropological sense in building a sustainable development project (together with other factors) involving traditional communities contributed to his little success in traditional maroon and indigenous communities in this project in its initial phase.

Keywords: Public policy development; maroons and indigenous.

INTRODUÇÃO

Este texto está dividido em partes: inicialmente abordo os conceitos de identidade étnica relacionado ao fenômeno conceituado como etnogênese, que diz respeito às novas auto-identificações que surgem no cenário político e social por grupos, antes considerados como inexistentes ou pouco expressivos. Mostramos a importância desses conceitos como norteadores de políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal.

Em seguida, mostramos o Programa nacional de Políticas Públicas para comunidades tradicionais, que inclui nestes sujeitos, as comunidades quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana e/ou afro-brasileira (ai são elencados os terreiros de candomblé) e os povos ciganos.

Na terceira parte apresentamos algumas considerações, em relação ao Programa RN Sustentável, baseadas na experiência durante 12 meses como consultor, executando a função de articulador territorial do referido projeto, no território Agreste/Litoral Sul. Aqui, neste texto, mostro a experiência envolvendo doze comunidades tradicionais²: especificamente, nove comunidades quilombolas e três indígenas. Neste caso, mostro a pouca participação das comunidades no projeto como resultado de uma ausência de um olhar mais inclusivo e tolerante sobre a questão do desenvolvimento de comunidades tradicionais e a contribuição da antropologia.

Por fim, chego às considerações finais ponderando sobre até que ponto o projeto está sendo de alcance efetivo em relação a estas populações? Como antropólogo vejo que os conceitos e contribuições da antropologia foram, totalmente, ignorados, negligenciados e refutados.

² No Projeto RN Sustentável não foram considerados como sujeitos de ação os povos ciganos e os terreiros de Candomblé.

IDENTIDADE E ETNOGÊNESE

O reconhecimento da necessidade de respeitar as culturas tradicionais leva a antropologia para uma busca por estudos relacionados à etnicidade enquanto fenômeno político e social. A antropologia política vem dando uma atenção especial ao surgimento e fortalecimento das identidades étnicas como forma de inclusão dos chamados grupos minoritários nas sociedades atuais. Neste sentido, os estudos sobre indígenas, mulheres, favelados, homossexuais, negros etc. constituem um amplo campo de estudos e debates.

Estes estudos iniciados no período do pós-Guerra, na segunda metade do século XX, objetivam ver os grupos humanos ditos diferentes que passam a assumir e manipular suas identidades culturais. Por sua vez, estas são relacionadas com os direitos humanos.

Dentre estes estudos, os de Fredrik Barth, nos anos 60, apontam que os fenômenos étnicos daquela época estavam assumindo visibilidade social e política no mundo inteiro, em razão das diversas dificuldades que os grupos vinham apresentando.

Barth introduziu uma visão dinâmica da identidade étnica construída e transformada na interação de grupos sociais, incluindo e excluindo grupos ao estabelecer limites entre si, definindo os que integram ou não. Essa visão barthiana foi aperfeiçoada posteriormente por Smith, que considerou “*comunidade étnica como uma população nomeada por um mito do ancestral comum, com memórias compartilhadas de elementos culturais, com uma ligação com um território*” (1993, 23 *apud* BROWN, 1999: 28). Nessa leitura da definição barthiana por Smith (1993) acerca de grupo étnico, percebemos que este pôde dar alguns saltos na sua compreensão ao definir “*critérios para identificar uma comunidade étnica:*

1. O nome (etnônimo) para designar o grupo e para este se autodefinir, e a sua inexistência indica uma identidade coletiva incipiente e difusa;
2. A ancestralidade comum construída socialmente é mais importante que os laços biológicos, que podem também existir, mas não são essenciais caso existam laços sociais;
3. O compartilhamento de memórias históricas é importante, como as frequentes lendas e mitos transmitidos oralmente;
4. A cultura compartilhada associa língua, religião, leis, costumes, instituições, roupas, profissões, arquitetura e alimentos;
5. A existência de um território de valor afetivo, carregado de simbolismo, que pode ou não ser realmente habitado;
6. A pessoa deve pensar-se como uma coletividade, ter sentimento de pertença” (*apud* BROWN, 1999: 81).

Comparando os conceitos sobre grupos étnicos de Barth e de Smith, percebem-se pontos que um valorizou mais que o outro e aspectos que estão ampliados mais em um que no outro. Enquanto Barth enfatizou o aspecto biológico do grupo, Smith valorizou a origem comum construída socialmente. Barth valorizou a perpetuação, ou seja, a projeção do grupo étnico para o futuro, enquanto Smith se referiu à ancestralidade comum, ou seja, ao passado da comunidade étnica. Entendemos que a origem e o destino compartilhados, ou a existência apenas da origem ou apenas do destino compartilhado de um grupo, podem ser indicadores na sua identificação como grupo étnico. Barth e Smith consideraram importantes também o compartilhamento de uma cultura e o auto-reconhecimento da identidade étnica pelo grupo, para afirmação na sociedade. Barth entendeu que o reconhecimento da identidade do grupo deve ser legitimado pela sociedade envolvente como uma categoria que se distingue das demais, e Smith ampliou o conceito de grupo étnico, que passou também a abranger a territorialidade e o etnônimo, sendo este um distintivo do grupo e sem o qual a identidade étnica é incipiente e difusa. Essa afirmação de Smith demonstra a importância do etnônimo para as comunidades étnicas.

Barth considerou que o foco central para a investigação “*passa a ser a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural. Essas fronteiras são sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial*” (2000: 34). Mais adiante, ele completa “*a identidade étnica está associada a um conjunto culturalmente específico de padrões valorativos...*” (2000: 48) (Bezerra, 2006: 23 e 24).

A emergência étnica, ou seja, a incorporação de uma **identidade** enquanto categoria política se refere à estratégia de visibilidade de uma comunidade que se considera como tal, acionada por uma razão ou por um interesse do grupo, atendendo, contudo, aos conceitos e critérios etnológicos e/ou legais, para fins de reconhecimento pela sociedade e/ou pelo Estado, o qual Cardoso de Oliveira (2005) chama de *instância pública de reconhecimento jurídico*” (Bezerra, 2006: 28).

A identidade étnica de um grupo é a base para sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma confluência de fatores, escolhidos por eles mesmos: de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social a elementos linguísticos e religiosos³.

³ “Nesses primeiros anos do terceiro milênio, cresce o quantitativo de grupos remanescentes de quilombos brasileiros que acionam a estratégia de emergência da identidade étnica, visando ao reconhecimento da condição de quilombo pela sociedade envolvente e à consequente reivindicação do território titulado, nos termos do Art. 68 do ADCT/CF-1988. Em Pernambuco, também vem crescendo o número de quilombos emergentes. Nas reuniões do Grupo de Estudos Afro-Brasileiros, dirigido pelo Prof. Dr. Bartolomeu Figueiroa de Medeiros e vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre ??????????????????”

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na tentativa de orientar e auxiliar a aplicação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) divulgou, em 1994, um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais em que se define o termo “remanescente de quilombo”. Assim:

“Contemporaneamente, o termo *quilombola* se refere a grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. Logo, prescinde de qualquer dependência a referências biológicas ou arqueológicas, ou mesmo de se ter a concepção de comunidade quilombola como grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea”.

Deste modo, comunidades remanescentes de quilombo são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. Assim:

“A etnicidade é um aspecto do relacionamento social dos membros entre si, bem como entre grupos que se consideram distintos dos demais ou da sociedade envolvente, com quem se mantém interação regular. Os grupos étnicos tendem a ter mitos de origem comum e a incentivar a endogamia, mas essa endogamia pode ser mais contingência interativa gerada pelo convívio do que mesmo uma norma do grupo” (Bezerra, 2006: 26).

Falar em identidade étnica implica na concepção de um processo de auto-identificação bastante dinâmico, e que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como cor da pele⁴.

Assim, quilombo não passa a ser sinônimo de isolamento e fuga, e sim, agora relacionado à resistência e à autonomia de populações negras rurais. Nesta nova configuração o que define o quilombo é o movimento de transição da condição de escravo para a de camponês livre. Tudo isso demonstra que a classificação de comunidade como quilombola não se baseia em provas de um passado de rebelião e isolamento, mas depende antes de tudo de como aquele grupo se compreende e se define.

Atualmente, a legislação brasileira já adota este conceito de comunidade quilombola e reconhece que a determinação da condição quilombola advém da auto-identificação. Neste sentido, a categoria étnica de *quilombola* se incorpora à categoria de negro como um recurso político a mais na solução das demandas da comunidade.

⁴ http://www.cisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_pe.html.

Na prática a identidade de qualquer grupo está relacionada com a alteridade que este mantém com os grupos vizinhos. Ou seja, as características que colocam um grupo como distinto de outro.

POLÍTICAS PÚBLICAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

A partir de 1980, um conjunto de ações envolvendo políticas de promoção e/ou igualdade racial começaram a ser implementadas em níveis municipais e estaduais. Mas, segundo Jacoud (2008: 136):

“... foi nos anos 2000 que as iniciativas ganharam relevo, proliferando no âmbito do governo federal, nos governos estaduais e municipais, e também, de forma autônoma, em algumas instituições públicas como as universidades e o Ministério Público do Trabalho. Programas como os de estabelecimento de cotas visando ampliar o acesso de estudantes negros ao Ensino Superior, assim como os programas de combate ao racismo institucional vêm sendo adotados em várias localidades do país”.

No ano de 2004, O Governo Federal criou um programa de Políticas Públicas específico para as comunidades tradicionais. Este, em síntese, pretende formular, coordenar e monitorar planos, programas e projetos que assegurem o acesso de comunidades tradicionais às políticas públicas, por meio da articulação entre órgãos federais, estaduais e municipais; e criar e manter bancos de dados, estudos e diagnósticos sobre os Povos e Comunidades Tradicionais.

Neste conjunto de ações, o entendimento para o conceito de **Comunidades tradicionais** inclui três grupos de população: as **comunidades quilombolas**, **comunidades tradicionais de matriz africana (Terreiros)** e **Povos ciganos**.

Assim, as políticas sociais para as comunidades tradicionais têm por objetivo a formulação, coordenação e monitoramento dos planos, programas e projetos que assegurem o acesso de comunidades tradicionais às políticas públicas, por meio da articulação entre órgãos federais, estaduais e municipais; e, criar e manter bancos de dados e estudos diagnósticos sobre os Povos e Comunidades Tradicionais.

Comunidades Quilombolas — são grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação de monoculturas; compra de terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas em troca da prestação de

serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista. Em todos os casos, o território é a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade. Até março de 2013, a Fundação Cultural Palmares certificou 2040 comunidades quilombolas, presentes nas cinco regiões do país, com maior concentração nos Estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco.

Comunidades tradicionais de matriz africana — constituem espaços próprios de resistência e sobrevivência, que possibilitaram a preservação e recriação de valores civilizatórios, de conhecimentos e da cosmovisão trazidos pelos africanos, quando transplantados para o Brasil. Caracterizam-se pelo respeito à tradição e aos bens naturais; o uso do espaço para a reprodução social, cultural e espiritual da comunidade; e a aplicação de saberes tradicionais transmitidos através da oralidade.

Povos Ciganos — Os povos de cultura cigana começaram a chegar no Brasil ainda no período colonial. Estima-se que exista, aproximadamente, em torno de meio milhão de ciganos no país, pertencentes a 08 diferentes clãs. Reivindicam políticas públicas específicas, que garantam os seus direitos humanos, sociais e culturais. Decreto presidencial assinado em 2006 institui o 24 de maio como Dia Nacional dos Ciganos.

O Governo Federal, neste sentido, desde 2004 vem sendo proativo e decisivo para algumas mudanças significativas em relação a essas comunidades. Neste ano foi criado o Programa Brasil Quilombola para traçar políticas de ação social transformadora da realidade destas comunidades.

Outras ações e projetos estão sendo realizados nestas comunidades através de ONG's, e ações de políticas públicas sociais.

Em 2013, no estado do Rio Grande do Norte, foi estruturado o Projeto RN Sustentável através de uma parceria entre o Governo do Estado e o Banco Mundial.

Este projeto, com valor total de Dois Milhões de Dólares, tem com grande novidade a definição do público alvo como sendo de: mulheres e jovens agricultores e comunidades quilombolas e indígenas. É, de fato, o primeiro programa na região a colocar de forma prioritária comunidades quilombolas e indígenas. O que em si já constitui um desafio: planejar sobre-e-com grupos que, usualmente, são indesejados social e politicamente.

O projeto RN Sustentável opera a partir de definição geopolítica de Territórios⁵ da Cidadania, o que facilita a ação do projeto em esferas diversas do Poder público. No caso do RN, o estado foi dividido em dez territórios. Sobre a noção de “território” vale destacar o conceito utilizado por: Philippe Bonnal, Ademir A.

⁵ Podemos identificar três tipologias de territórios: os territórios naturais, **étnico-culturais e os de referência de políticas públicas.**

Cazella e Renato S. Maluf que diz:

“A noção de território assumiu nos últimos anos importância destacada nos discursos dos gestores de políticas públicas de numerosos países, inclusive e particularmente no Brasil. No que diz respeito à agricultura e ao meio rural, o território aparece cada vez mais como uma entrada programática, inovadora e privilegiada para renovar a concepção do desenvolvimento rural. Note-se que a noção de território guarda proximidade com a de multifuncionalidade da agricultura a qual foi utilizada, anos atrás, notadamente em países europeus, para orientar a elaboração de políticas agrícolas e rurais. A aproximação de ambas as noções se dá na consideração das dimensões social, ambiental e cultural, além da dimensão estritamente econômica, envolvidas nos processos produtivos agrícolas e rurais, assim como no reconhecimento da importância da proximidade e da localidade nesses mesmos processos”.

O mapa a seguir mostra esta divisão de Territórios de referência de políticas públicas no RN:



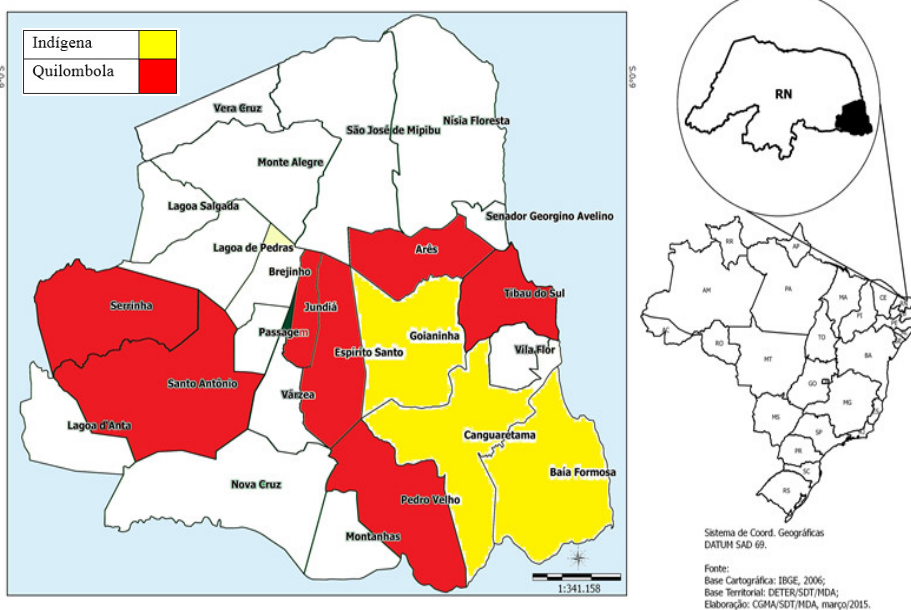
Fig. 1: Mapa do RN com distribuição espacial dos territórios da Cidadania.

A seguir, mostraremos a experiência de campo como (consultor) na função de articulador territorial durante doze meses, acompanhado o a estruturação do Projeto RN Sustentável no Território Agreste Litoral Sul.

MATERIAL E MÉTODO: O PROJETO RN SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO AGRESTE/LITORAL SUL (RN) E A INCLUSÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS: UM ESTUDO DE CASO

Como referência de pesquisa utilizei o período de doze meses, excurando a função de articulador territorial do Projeto RN sustentável no território Agreste/Litoral Sul.

No território Agreste-Litoral Sul existem **três comunidades indígenas** reconhecidas pela FUNAI e, ainda, uma em processo de reconhecimento. Ainda, neste território encontram-se **treze comunidades quilombolas**, num total de **dezesesseis comunidades tradicionais**. Ao observarmos o mapa do Território Agreste/Litoral Sul, vemos a distribuição espacial das comunidades tradicionais nos dez municípios, conforme abaixo.



Deste total, apenas três foram envolvidas no projeto com aprovação. Uma comunidade foi (sumariamente) reprovada; duas comunidades indígenas desistiram de participar e duas comunidades quilombolas abandonaram o processo após, inicialmente, manifestarem interesse em participar. As quatro comunidades

quilombolas restantes não manifestaram nenhum interesse em participar. Ver tabela a seguir com resumo.

MUNICÍPIO	COMUNIDADE(S)	TIPOLOGIA	PARTICIPAÇÃO
Baia Formosa	Sagi-Trabandá	Indígena	Não participou
Canguaretama	Catú	Indígena	Não participou
Goaininha	Catú	Indígena	Sim

Tabela 1: Comunidades indígenas x Manifestações de Interesses

MUNICÍPIO	COMUNIDADE(S)	TIPOLOGIA	PARTICIPAÇÃO
Arez	Camocim	Quilombola	Iniciou e Desistiu
Espírito santo	Mata Verde	Quilombola	Não participou
Jundiá	Arisco dos Pires	Quilombola	Reprovado
	Rego de Pedra (Calango)	Quilombola	
	São Tomé (Família Macena)	Quilombola	
Pedro Velho	Alecrim	Quilombola	Não participou
Santo Antônio	Barro Preto	Quilombola	Não participou
	Cajazeira	Quilombola	Sim
	Camaleão	Quilombola	Não participou
	Lajedo do Paiva	Quilombola	Sim
Serrinha	Góis	Quilombola	
	Suatan	Quilombola	
Tibau do Sul	Sibaúma	Quilombola	Iniciou e Desistiu

Tabela 2: Comunidades quilombolas x Manifestações de Interesses

AS COMUNIDADES INDÍGENAS

No território Agreste/litoral Sul, somente um projeto foi aprovado beneficiando a **comunidade indígena do Catú**, em Goianinha, com a ampliação da rede domiciliar de abastecimento de água.

Na comunidade de Catú de Goianinha a Associação local está juridicamente apta a participar de licitações e soube fazer uso desta prerrogativa. Tem assento no CMDS com membros atuantes.⁶ O representante da comunidade é também professor e militante dos Direitos Indígenas no RN. Esta condição, evidentemente, facilitou a atuação proativa desta comunidade.

No caso da Comunidade de Catú de Goianinha vários fatores contribuíram para um resultado exitoso, dentre eles, podemos citar: um nível organizacional associativo elevado. A associação local é mantida atuante e em dias com suas obrigações sociais. Mesmo sem sede, tem conseguido aprovar alguns projetos para a comunidade, incluindo aí uma imersão na cultura indígena (existem aulas de língua Tupi para os alunos e, incentivo ao artesanato indígena). Um dos líderes é professor concursado em um município vizinho. Esta condição favorece a toda a comunidade que tem um líder informado e atuante na sociedade local. A inclusão da comunidade no CMDS, somente veio a reforçar este *ethos* proativo da comunidade indígena do Catú.

A composição e atuação democrática, transparente e séria do CMDS de Goianinha também é um fator a ser considerado neste resultado. O CMDS percebeu o nível de prioridade da comunidade indígena do Catú. E, informalmente, o CMDS consultou o Articulador Territorial sobre a questão indígena e, também, para mostrar seu trabalho como uma ação ética.

Outras duas comunidades indígenas do território tiveram destinos diferentes: a comunidade indígena Catú de Canguaretama não teve interesse em participar do projeto, mesmo estando com sua associação apta. A comunidade indígena de Sagi-Trabandá de Baía Formosa não está com uma associação apta a participar de licitações⁷. Mesmo tendo sido “sensibilizadas” através de reuniões e dinâmicas (a famosa, “teia da aranha”) alegaram falta de confiança (resultante da inexistência de um canal de comunicação permanente e confiável entre estes atores sociais e o projeto RN Sustentável). Vamos expor os detalhes desta situação.

⁶ Vale salientar que o CMDS de Goianinha tem um perfil extremamente atuante e participativo nas comunidades rurais.

⁷ Duas situações sociais: uma associação fundada e com participação dos moradores indígenas e não indígenas da Praia de Sagi que não está com suas obrigações sociais em dias. Na prática foi abandonada pelos “brancos”.

A comunidade indígena do Catú de Goianinha foi abordada em dois momentos: inicialmente, na ida a campo como articulador procurei me comunicar com lideranças indígenas e quilombolas no Território. Feitos contatos com professores do IFRN de Canguaretama, descobriu-se um grupo de pesquisa e extensão com agricultores e comunidades tradicionais. Assim, o primeiro contato com o Cacique Luís nas dependências do IFRN.

Nesta ocasião, a desconfiança exposta pelo Diretor da instituição foi justificada pelo fato do Projeto ser de um segmento político que era questionado. Após as apresentações do projeto, seus objetivos e salientar a ação pioneira que inclui estas comunidades a desconfiança aumentou mais. A comunidade recusou participar do lançamento do projeto no Território.

Em um segundo momento, o Núcleo Social do RN Sustentável abordou o grupo de mulheres indígenas do Catú de Canguaretama para sensibilizar sobre o projeto e a participação destas. Apesar da reunião, da famosa dinâmica (teia-da-aranha) e muito *power point* com fotos, a comunidade recusou outros momentos com a equipe do Projeto e não participou do Edital aberto.

As lideranças políticas das comunidades do Catú de Goianinha e Canguaretama são reconhecidas por suas posições próprias e sua relação com outros agentes sociais como o IFRN, a FUNAI, o MPU, a UFRN, dentro. Sobre esta condição, vale a citação de Cláudia M. Moreira da Silva que, assim, escreveu:

“As lideranças políticas no Catu, tanto em contexto privado quanto os públicos, enfatizavam, principalmente, a conjuntura conformada pela atuação das usinas e das agências ambientais no Catu, que tinha efeitos contíguos em sua vida. A elucidação desse quadro permitiu compreender como os Eleotérios refletiam e organizavam suas demandas frente aos agenciamentos que lhes conduzia para uma ação política determinada, principalmente, pelo fator étnico. Para a militância indigenista potiguará problemática do 'reconhecimento' era ressaltada em maior proporção” (2007: 116).

A última comunidade indígena do território, a comunidade Sagi-Trabandá teve um envolvimento muito mais dramático que envolveu a possibilidade de denúncia no MPF de negligência com a aldeia. Explico: houve, no momento preparatório para a execução do Projeto RN Sustentável uma consulta às comunidades indígenas e quilombolas e definiu-se pela construção de uma escola indígena na aldeia Sagi-Trabandá. Neste sentido, para os indígenas ficou a imagem e as palavras da ex-Governadora Rosalba Ciarlini que, segundo o Cacique Manoel, esta afirmou que estava garantida a construção da escola indígena na aldeia.

Entretanto, os trâmites burocráticos e a condicionante ambiental deram um novo resultado sobre a questão: os indígenas queriam a escola em uma área que não está legalizada (mas é de uso tradicional da comunidade). Isto, e o fato da Associação local não estar com a Diretoria atualizada serviu de impedimento para a instalação da escola indígena; e, ao mesmo tempo, deu mais poderes ao gestor municipal (que é objetivamente contrário ao reconhecimento da comunidade como indígena). Segundo os indígenas, este Gestor construiu casas e liberou a instalação de um bar na área pretendida pela comunidade, afirmando que “ele sim, tinha poderes para construir o que, onde e quando quisesse”. Vale salientar que a aldeia Sagi-Trabandá está instalada em uma comunidade litorânea, a praia de Sagi.⁸

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado desta situação chegamos a um resultado pequeno em relação à dimensão do projeto em relação às três comunidades indígenas do território Agreste/Litoral Sul: somente uma comunidade aprovada e duas recusaram participar do projeto. Uma situação, que agrava mais este quadro foi a alteração da escola anteriormente negociada com os indígenas.

Dentro de uma ideia de sustentabilidade está a solidariedade em relação aos “pequenos”. Neste caso, o Estado, em forma de Projeto RN Sustentável ignorou uma demanda que somente viria a fortalecer a identidade indígena daquela comunidade.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Das nove comunidades quilombolas identificadas no Território Agreste/Litoral Sul apenas cinco comunidades tentaram o processo de Manifestar Interesse em participar dos editais do Projeto RN Sustentável. Deste total, duas comunidades tiveram aprovadas; duas desistiram do processo; e, uma foi sumariamente reprovada. Mesmo sendo articulador do Território, não fui consultado sobre a M. I. da comunidade reprovada. A ausência de diálogo foi uma marca dessa etapa do processo.

⁸ A população da comunidade do Sagi é composta pela metade de não-indígenas que se instalaram no local pela compra de terras. Aí existem pousadas, restaurantes e chalés que dialogam na paisagem com as casas simples dos indígenas.

As duas comunidades contempladas foram a **comunidade quilombola de Cajazeiras**, em Santo Antônio, que teve aprovada a M.I. para um projeto de construção e instalação de uma fábrica de doces para um grupo de 20 mulheres. E, ainda em Santo Antônio, na **comunidade quilombola de Lajedo do Paiva** foi aprovado um projeto de extensão do abastecimento de água domiciliar.

Na comunidade de Cajazeiras o processo de sensibilização para participar da MI começou tão logo cheguei no Território. Nas primeiras idas ao município de Santo Antônio fiquei sabendo da recente certificação da comunidade de Cajazeiras e fui conhecê-la. Conversei com lideranças e antecipei informações sobre o projeto e da oportunidade da comunidade de participar. Sobre os editais foi acertado que a comunidade iria se manifestar pela construção de uma fábrica de polpa de frutas. Esta solução foi resultado de uma análise participativa da comunidade. Foi diagnóstica a grande diversidade de frutas na comunidade e no entorno desta. Ainda, foi comentado o grande desperdício nas frutas de época. “— *na época do caju todo mundo tem e não dar pra vender. Com o cajá a mesma coisa. A gente usa pouco... perde muito (Antônia, liderança)*”. Isto levou a uma reflexão sobre como esta condição seria importante para se pensar um projeto sustentável ambientalmente.

No momento da avaliação da M. I. por técnicos do RN Sustentável, por pouco esta comunidade não foi reprovada. Explico melhor: a analista ambiental que seria impossível uma fábrica de polpa pelo fato do terreno disponível estar próximos de algumas residências. Neste contexto, a analista ambiental afirmou que a poluição sonora que seria gerada pelas máquinas tornaria esta atividade inviável. Perguntei, então, o que seria viável. Ela me respondeu que se fosse uma fábrica de doces, poderia. Na hora mudamos o objetivo. Ou seja, o fato de estar presente na avaliação foi o que garantiu que a comunidade não fosse reprovada.

Na comunidade quilombola de lajedo do Paiva, foi aprovada M. I. por um projeto de extensão da rede de abastecimento domiciliar de água. Eu estava presente na avaliação da M. I. um fator que muito contribuiu foi a atitude proativa da liderança local que tem histórico de participação no movimento social relacionado à agricultura e ao movimento quilombola.

Na comunidade quilombola de Arisco dos Pires, quando do momento da avaliação da Manifestação de Interesse da comunidade em ter um projeto semelhante ao da comunidade de cajazeiras; ou seja: uma fábrica de polpa de frutas, eu não estava presente. Era uma situação análoga a de Cajazeiras. Quando perguntei da avaliação, me disseram que a comunidade não atendia os requisitos e foi reprovada na avaliação. E não foi dada maiores explicações.

Ou seja, faltou sensibilidade nesta situação para poder “transformar” o sonho de comunidade de ter um empreendimento, que seria de uma fábrica de polpa de

frutas, ser alterado para uma fábrica de doces, como ocorreu em Cajazeiras. Isto, se fosse levado em conta a informação passada pelo articulador sobre a presença de diversas frutíferas na área da comunidade e em seu entorno. O contra-argumento foi que a comunidade não exercia esta atividade rotineiramente. O projeto, neste caso, potencializa ações de economia solidária já existentes nas comunidades.

Se levarmos em conta que a grande maioria das famílias destas comunidades vivem de renda de programas sociais e de uma agricultura pouco rentável, é pensar muito alto que estas comunidades tenham um sistema de produção ativo.

A comunidade de Camocim está localizada vizinha à comunidade de Patané em Arês. Na zona rural, cerca de 10 minutos do centro por estrada asfaltada. A fronteira das comunidades de Patané e Camocim é quase imperceptível. *Logo após a escola municipal e com a primeira casa que não seja de alvenaria...* é assim que nos informam sobre a demografia local. Esta comunidade era minha conhecida de um momento anterior: fui consultado para realizar um diagnóstico antropológico para identificação da comunidade como quilombola.

Na formação do CMDS esta foi instruída da condicionante do projeto que favorecia a participação desta comunidade, enquanto comunidade que se auto-identifica como quilombola. CMDS. Na ocasião de formação do CMDS houve uma tentativa explícita de um dos membros do CMDS de não permitir que a comunidade estivesse representada. Na ocasião da reunião e eleição dos membros, este senhor no último minuto levou os elegíveis para outro local e não deixou aviso. Os representantes da comunidade quilombola foram, no primeiro momento, excluídos do CMDS. Convoquei uma reunião com o conselho empossado e falei da condicionante que era a participação de representantes de comunidades quilombolas e da necessidade de uma nova reunião para inclusão dos membros da comunidade quilombola. Feito a “fórceps”, mas depois o CMDS deu um exemplo de cidadania. Saiu o “elemento racista”⁹ e ficaram os quilombolas.

A continuação da assessoria na comunidade de Camocim foi pautada pela participação de toda a comunidade; em especial, lideranças jovens e mulheres quilombolas. Esta comunidade apresenta um nível de organização elevado.

Na comunidade de Camocim foram executadas pelo articulador várias reuniões (cerca de 06) para sensibilizar sobre o projeto e prestar assessoria na elaboração da Manifestação de Interesse. Falei nos setores competentes do Projeto dos resultados em relação à comunidade. Falei da necessidade do apoio para estar mais perto da comunidade, pelo fato da mesma não apresentar tanta confiança no projeto. Nada

⁹ Numa reunião anterior a segunda eleição do CMDS, este disse: — *Pra que essa negada aqui? O conselho é pra ser de gente da sociedade, não um nego qualquer.*

difícil de entender se levarmos em conta o processo de inclusão da comunidade no CMDS. Na última semana de terminar de preencher na net um formulário, tive que ficar ausente das comunidades porque fui orientado para “entregar convites” nos 24 municípios de um evento relacionado à segurança alimentar. Falei da inconsistência dessa atividade dentro de um momento com necessidade de estar junto. Fui ignorado e fui entregar convites. Resultado: o representante da comunidade ficou cismado e não concluiu o processo. Apenas apertar uma tecla no laptop dele. Depois, disse-me: *você sumiu...*

A comunidade quilombola de **Simbaúma** teve destino similar. O processo de manifestar interesse foi iniciado tão logo saíram os editais. Também nesta comunidade tinha conhecimento como antropólogo. Já tinha estado lá nos anos 1990.

A comunidade de Simbaúma vive o mesmo drama da comunidade indígena de Sagi-Trabandá. Metade da população da comunidade é composta por *gringos*, *comerciante* e *veranistas* que compraram terra dos habitantes locais e ali se instalaram. Enquanto isso, a população quilombola, principalmente, a juventude se desloca diariamente para a vizinha praia de Pipa para realizar *bicos* em trabalhos de pouca remuneração. A agricultura que havia na comunidade foi abandonada. Toda a terra excedente foi ou está sendo colocada à venda. Neste cenário, a juventude quilombola fica, cada vez mais, propensa a se deslocar para Pipa e ficar exposta às diversas situações de degradação social. Sobre estas transformações, valem as palavras da pedagoga Terezinha Martins da Silva, em sua dissertação sobre a comunidade de Simbaúma:

“Em consequência das interferências socioeconômicas que se constataram nas três décadas, registrou-se uma mudança em relação aos casamentos de pessoas de Simbaúma com pessoas de fora da comunidade, ... já não se veem em expressões da cultura negra nas músicas, nas danças, nas brincadeiras, na maneira de vestir ou de falar, e até mesmo os traços físicos já se confundem, de tão miscigenados. Essa análise demonstra o quanto a comunidade sofreu os impactos de todos os segmentos, inclusive os meios de comunicação, e apresentou uma nova dinâmica cultural (Silva, 2011: 29).

Falei da fragilidade da situação e tentei manter reuniões na comunidade, fui orientado a prestar apoio a equipe de sensibilização que lá ia. Mais uma vez, a famosa dinâmica da teia-da-aranha. Dessa vez, ouvi uma frase inesquecível: — *Esse*

povo vem aqui, com esse negócio de mostrar a aranha¹⁰... já vi isso faz muito tempo. A gente quer um apoio mais direto aqui com a associação pra gente se unir e fazer o projeto.

Como resultado da entrega dos convites e outras atividades burocráticas, a comunidade de Simbaúma, também, quando se viu sozinha, desconfiou e abandonou a proposta na net. Esta situação marcou, mais uma vez, a comunidade como *algo que veio, mas não deu em nada*, nas palavras dos habitantes locais.

As **comunidades quilombolas de Alecrim**, em Pedro Velho, **de Barro Preto e de Camaleão**, em Santo Antônio e o **Assentamento Mata Verde**, em Espírito Santo, foram contatados e realizadas reuniões informais para sensibilização sobre o Projeto RN Sustentável, mas, mesmo assim recusaram objetivamente de participar do projeto.

A informação corriqueira era de não confiabilidade numa política pública para negros e indígenas. Segundo Theodoro (2007:177), o fato de que a população negra no Brasil, em sua grande maioria, é pobre faz com que as políticas de igualdade racial tenham mais o caráter de preocupação com equivalência econômica entre negros e brancos. Isto, generaliza a questão (que é muita ampla), pois:

“... o racismo, o preconceito e a discriminação não afetam única e exclusivamente a população negra pobre. Em muitas situações, trata-se mesmo de algo diverso. As práticas de racismo se evidenciam mais claramente em situações onde o negro sai do seu lugar natural e se encontra em uma situação onde sua presença não é habitual, ou seja, nas posições de maior prestígio social”.

Ou seja, pensar a questão do racismo no Brasil como algo simples e fácil de ser solucionado através de políticas de combate à pobreza é ignorar uma questão maior: somos “educados” para não reconhecer a diversidade em qualquer nível. Somos levados a construir um olhar paralisante. Quando, por exemplo, se fala assim: — *Conheci uma negra muito inteligente e bonita*. Quando ouço algo assim, respondo com uma pergunta: — *Se ela não fosse de cor negra, como você ia se referir a ela...*, assim: *conheci uma branca bonita e, ...* A experiência me leva a crer que não. Ou seja, homem, mulher, rapaz e moça são substantivos para pessoas brancas. Quando as pessoas são negras, o que seria adjetivo vira substantivo. Não mais existem homens nem mulheres, mas apenas cores sexuadas (um negro ou uma negra).

¹⁰ Esta fala revela uma clara intenção de mostrar impaciência com dinâmicas, por demais, subjetivas e pouco explicitadoras dos objetivos e metas, através de uma analogia cheia de ironia (e com razão).

Como solução apontada, Theodoro nos brinda com esta afirmação:

“Em resumo, pobreza se enfrenta com um conjunto amplo de políticas de cunho universalista, tendo como pano de fundo o crescimento econômico e a distribuição equânime da riqueza. Racismo, preconceito e discriminação devem ser enfrentados com outro conjunto de políticas e ações. Conjunto esse que, infelizmente, ainda está por se consolidar” (2007: 178).

Acredito eu, que este é o maior desafio do projeto RN Sustentável. Ir além da grande ousadia de incluir indígenas e quilombolas como público alvo de um fim econômico. Mas, tratar da questão do racismo institucional que é grave e persistente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala em Desenvolvimento Sustentável, alguns pontos devem ser considerados. De acordo com Silva:

“O desenvolvimento local ou territorial sustentável não é apenas um arranjo estratégico para promoção de crescimento econômico em comunidades ou regiões pobres ou estagnadas que estão às margens do progresso alcançado pela civilização contemporânea. A principal estratégia é a integração de iniciativas (ações, programas, etc.) em torno do desafio de **potencializar as capacidades locais e territoriais para promoção de alternativas de trabalho, renda, cidadania e melhoria de condições de vida. Também valorizam o uso sustentável e preservação dos bens naturais e a promoção de iniciativas empreendedoras autogestinárias capazes de oferecer trabalho e renda com novas relações socioeconômicas solidárias**” (2007: 99).

O projeto RN Sustentável, de forma geral, proporcionou uma porta de acesso a um conjunto de políticas sociais nunca antes imaginado pelas comunidades tradicionais, especificamente, quilombolas e indígenas. Por outro lado, por ser pioneiro com a temática Desenvolvimento x Etnicidade e, ao mesmo tempo, ignorar totalmente a contribuição da Antropologia (que tem uma metodologia própria para

¹¹ Grifo meu.

estas situações) na construção de um olhar mais inclusivo foi alvo de desconfiança pelas comunidades envolvidas.

A metodologia de abordagem nestas comunidades foi pautada pela ausência de informações básicas sobre estes grupos étnicos. Usou-se a metodologia comum aos agricultores familiares. Aliado a este fato, existe a “descrença cultural” no Estado do RN sobre a existência e a autenticidades destes grupos. Cito dois comentários de técnicos do projeto sobre estes grupos:

Em relação a uma comunidade quilombola, um colega assim se reportou: — *Pronto, os negos da... agora são o que? Quilombolas? Até parece. Eu conheço aqueles negos desde menino. Um bando de preguiçosos e cachaceiros.*

Uma colega se reportando em relação aos indígenas Potiguaras da Aldeia Sagi-Trabandá: — *índios? Aqueles lá da praia de Sagi... não são lá esses índios todo não, viu. Eu que não caio nessa.*

Desnecessário colocar que estas opiniões constituem facetas do racismo à brasileira que se manifesta pelo ódio, pela desconsideração, pelo escárnio e por não considerar visíveis estas identidades culturais diferentes do padrão desejado.

Este projeto, proporcionou avanços estruturais, como por exemplo, um mapeamento realizado para identificar associações nestas comunidades; e, ter como condicionante a participação de representantes das comunidades indígenas e quilombolas nos CMDS's. Isto se traduz como uma oportunidade única na história destas comunidades em sua relação com o Estado. Entretanto, em relação aos CMDS vale duas considerações:

“A partir da década de 1990 no Brasil, a inexistência de canais institucionais para participação popular parece não ser mais problema, e o que a prática tem revelado é que nem sempre eles surgem como forma de garantir um diálogo com a sociedade, mas para legitimar-se diante dela, chamando atenção para o risco, sempre presente, dos conselhos serem usados para **forjar** legitimidade”.

“...outra questão que não poderia deixar de causar preocupação-e até perplexidade-é dimensionar a explosão de fóruns institucionais para a participação popular a partir da década de 90 no Brasil em vista do nosso elevado grau de déficit de cidadania”.

Minha posição como articulador não invalidava minha posição como antropólogo em trabalhos envolvendo projetos de desenvolvimento que se traduz pelas palavras do antropólogo, Stephen Baines que escreveu:

“Quando o antropólogo se engaja na área de Antropologia do Desenvolvimento, lidando com casos de implantação de grandes projetos (usinas hidrelétricas, mineração, hidrovias, extração de madeiras, agropecuária, etc.) em terras indígenas, ele/a enfrenta questões éticas específicas. Por encontrarem-se inseridos em situações de contato interétnico em relações sociais desmedidamente desiguais com segmentos da sociedade nacional/global, as sociedades indígenas merecem uma atenção especial por parte de antropólogos em decorrência da sua vulnerabilidade frente a pressões econômicas e políticas de grandes empresas que têm o poder de influenciar as decisões de governos de Estados nacionais, em situações de contato interétnico altamente politizadas.

Acredito, ainda que:

“As desigualdades raciais no Brasil configuram-se como um fenômeno complexo, constituindo-se em um enorme desafio para governo e para a sociedade em geral. Enfrentar as dificuldades que se colocam face à consolidação da temática da desigualdade e da discriminação, na agenda pública e no espaço de governo, e integrar e ampliar as iniciativas em curso parecem ser, hoje, os grandes desafios no campo das políticas públicas para igualdade racial” (Jacoub, 2008: 137).

A expectativa é pela certeza do envolvimento crescente, que vai, de alguma forma, acontecer com as comunidades quilombolas e indígenas neste projeto. Para Theodoro (2008: 179):

“O caminho é longo e os obstáculos são significativos. A adoção de políticas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação é condição básica para que as iniquidades sejam proscritas e o país possa enfim galgar o caminho de uma verdadeira ordem democrática, onde as pessoas não sejam medidas pela sua aparência física ou seu biótipo. O Brasil que se busca, o país de desenvolvimento com igualdade de oportunidades e de acesso a bens e serviços, deve ter como desafio primeiro o combate ao problema racial, essa chaga secular que, finda, deverá abrir uma nova etapa na existência da sociedade brasileira.

Neste sentido, o projeto RN Sustentável passa a ter dois desafios primordiais que devem ser estruturantes para a concepção do projeto: a visão internalizada do que seja *desenvolvimento sustentável* e uma reflexão sobre *racismo institucional*. Isto vai de encontro ao dito anteriormente: — *A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e Arte!*

BIBLIOGRAFIA

BAINES, Stephen (2004), *Antropologia do Desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas*. «Revista ANTHROPOLÓGICAS», ano 8, vol. 15 (29-46).

BEZERRA, Tercina Maria Lustosa Barros (2006), *O quilombo “Negros do Gilu” em Itacuruba: emergência etnoquilombola e territorialidade*. Recife, UFPE, Dissertação de Mestrado.

BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir A. & MALUF, Renato S. (2008), *Estudos de Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 16, n.º 2, pp. 185-227.

JACCOUD, Luciana (2008), *O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial*. In THEODORO, Mário (2008).

RODRIGUES, Vera (2011). *Notas para uma reflexão sobre antropologia, desenvolvimento e quilombos*. Mime-o In *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, IPEA/CODE.

SILVA, Cláudia Maria Moreira da (2007), “... *Em busca da realidade...*”: a experiência da *tecnicidade dos Eleotérios (Catú, RN)*. Dissertação de Mestrado. Natal, UFRN.

SILVA, Roberto Marinho Alves da (2007), *Dilemas e perspectivas da construção local e territorial do desenvolvimento sustentável e solidário*. In, MACEDO, Miguel & PRAZERES, Maria Alice Bogéa (orgs.), *Democracia, transparência e desenvolvimento sustentável*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

SILVA, Terezinha Martins da (2011), *A educação escolar na comunidade negra de Simbaúma: a trajetória educacional da Escola Municipal Armando de Paiva*. Natal: UFRN.

SILVEIRA, Jacqueline Passos da (2007), *Conselhos: participação popular ou privatização do espaço público*. In MACEDO, Miguel & PRAZERES, Maria Alice Bogéa (orgs.), *Democracia, transparência e desenvolvimento sustentável*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

THEODORO, Mario (org.) (2008), *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea.

THEODORO, Mario (2007), *Á guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas e combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil*. In THEODORO, Mario.